

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Graduação em Filosofia
Karolayne Hanario Rodrigues**

A EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Campo Grande, MS
2024

Karolayne Hanario Rodrigues

Campo Grande, MS
2024

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Filosofia da Faculdade de Ciências
Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul.

Orientadora: Prof. Dra Cristina de Souza Agostini

Campo Grande, MS
2024

KAROLAYNE HANARIO RODRIGUES

EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso para aprovação em licenciatura em filosofia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra Cristina de Souza Agostini

Prof. Dr. Ricardo Pereira de Melo

Prof. Dr. Weiny César Freitas Pinto

RESUMO

Theodor Adorno e Hannah Arendt apresentam visões distintas sobre a educação. Arendt defende uma educação que promove a autonomia intelectual e o pensamento crítico, enfatizando a importância de um ambiente livre de influências políticas. Em contraste, Adorno vê a educação como um instrumento de emancipação social, argumentando que deve capacitar os indivíduos a questionar as estruturas de poder e as desigualdades. Embora ambos defendam o pensamento crítico, Adorno destaca a necessidade de engajamento com questões sociais e políticas, o que o torna mais inclinado a uma abordagem que desafia as normas e promove a transformação.

Palavras-chave: Educação; Educação Política; Emancipação; Dominação; Theodor Adorno; Hannah Arendt.

SUMÁRIO

1 RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	7
1.1 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO NÃO POLÍTICA	13
2.1 PREPARAÇÃO PARA O MUNDO PÚBLICO	17
2.2 AUTORIDADE E TRADIÇÃO	18
3.3 PONTOS DE CONFLITO: ADORNO E ARENDT SOBRE A EDUCAÇÃO	18
3.4 EDUCAÇÃO POLÍTICA VERSUS IDEOLOGIA	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

INTRODUÇÃO

A educação ocupa uma posição central no desenvolvimento das sociedades, desempenhando papéis fundamentais que vão além da mera transmissão de conhecimento técnico. Ela é também um meio para formar indivíduos críticos, capazes de compreender, questionar e transformar as estruturas políticas e sociais nas quais estão inseridos. No entanto, a forma como a educação tem sido estruturada ao longo da história moderna revela profundas tensões entre sua função emancipatória e sua capacidade de sustentar ou até reforçar as estruturas de poder existentes. Este trabalho se propõe a analisar essas tensões, tomando como base as contribuições teóricas de dois pensadores proeminentes do século XX: Theodor Adorno, um dos principais representantes da Escola de Frankfurt, e Hannah Arendt, filósofa política que desenvolveu uma reflexão crítica sobre os processos educacionais e sua relação com o espaço público. Ambos abordam a relação entre educação e poder, mas de maneiras distintas, o que nos leva a uma questão crucial: a educação deve ser política?

Para Adorno, a educação deve ser um instrumento de transformação social e uma força política essencial, fundamental para a manutenção da democracia e para evitar o retorno de atrocidades históricas como o Holocausto. Ele vê a educação como uma prática que deve questionar as normas estabelecidas, confrontar as ideologias dominantes e capacitar os indivíduos a desenvolverem uma consciência crítica sobre as estruturas sociais, econômicas e políticas que perpetuam as desigualdades. A educação, para Adorno, não pode ser neutra ou despolitizada, pois está sempre envolvida com as forças que moldam a sociedade. Ele defende que a educação deve ir além da formação técnica, desenvolvendo a capacidade dos indivíduos de refletir criticamente e de se posicionar de maneira ética e política.

Por outro lado, Arendt oferece uma reflexão sobre a educação que pode ser compreendida como um contraste à visão de Adorno. Em sua análise, Arendt argumenta que a educação, ao ser corrompida por ideologias e agendas políticas, perde sua função primordial, que é proporcionar um espaço para o desenvolvimento de indivíduos autônomos, capazes de pensar por si mesmos. Ela acredita que a educação deve ser um processo que preserva a pluralidade e a liberdade, sem ser instrumentalizada por interesses políticos ou sociais. Em sua visão, o espaço educacional deve ser um ambiente em que os indivíduos possam formar seu julgamento, de modo que a educação se torna, assim, uma prática essencialmente não política, no sentido de que não deve ser reduzida a uma ideologia ou doutrina específica.

Essa dualidade entre as abordagens de Adorno e Arendt nos leva a refletir sobre a relação intrínseca entre educação e poder. A educação política defendida por Adorno não precisa ser ideológica no sentido partidário ou doutrinário, mas ela precisa, de acordo com sua visão, engajar os indivíduos de forma crítica, ajudando-os a entender e questionar as estruturas de poder em que estão inseridos. Arendt, embora também valorize a educação como um processo de formação crítica, preocupa-se com os riscos de uma educação excessivamente engajada politicamente, que poderia comprometer a liberdade de pensamento e a autonomia do indivíduo. Esse debate fundamental sobre a educação política nos coloca diante da necessidade de entender como a educação pode tanto promover a dominação, quando é utilizada para manter o *status quo*¹, quanto ser uma ferramenta de emancipação, quando capacita os indivíduos a pensar criticamente sobre suas condições e a agir para transformar a sociedade.

O objetivo deste estudo é, portanto, três vezes definido: (1) examinar as críticas de Adorno à racionalidade instrumental, entendendo suas implicações para a educação e para a formação de indivíduos críticos; (2) analisar a visão de Arendt sobre a educação como um fenômeno não político, destacando as limitações e os potenciais dessa abordagem em um contexto democrático; e (3) contrastar as duas perspectivas, buscando compreender como a educação pode, em diferentes contextos, tanto sustentar a dominação quanto promover a emancipação e a transformação social. A relevância deste tema se justifica pela sua atualidade e pela crescente instrumentalização da educação, que prioriza habilidades técnicas e o mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento da formação crítica e da reflexão sobre a realidade social e política.

No contexto atual, onde a educação tem sido cada vez mais voltada para a eficiência e a produção de habilidades técnicas, é urgente refletir sobre o papel da educação na formação de cidadãos críticos e autônomos. O estudo das teorias de Adorno e Arendt oferece uma compreensão mais profunda das contradições do sistema educacional contemporâneo e aponta para alternativas de transformação. A reflexão sobre a educação como um meio de resistência ao conformismo e como um espaço de formação de indivíduos críticos é mais relevante do que

¹ O *status quo* é o que é considerado normal ou habitual em um dado momento e lugar. Esse conceito é frequentemente usado para descrever estruturas sociais, políticas e culturais que se estabelecem ao longo do tempo, mantendo a ordem existente e resistindo a mudanças. O *status quo*, dessa forma, representa as normas e práticas educacionais estabelecidas que muitas vezes priorizam a conformidade e a eficiência em vez da crítica e da emancipação. A análise crítica desse estado atual é fundamental para explorar como a educação pode se transformar em uma força para a mudança social.

nunca, especialmente em um momento em que as forças políticas e econômicas tentam moldar o processo educacional de acordo com seus próprios interesses.

A metodologia deste trabalho consiste na revisão teórica das obras de Adorno e Arendt, com uma análise crítica de suas respectivas abordagens sobre a educação, a política e a sociedade. A análise será realizada por meio de uma abordagem qualitativa, que envolverá a leitura cuidadosa de textos-chave como *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e *A Crise na Educação* de Arendt, além de fontes secundárias que exploram as implicações de suas ideias no contexto educacional contemporâneo.

Assim, este trabalho se propõe a investigar as tensões entre dominação e emancipação no campo da educação, discutindo como a racionalidade instrumental e as forças políticas moldam o processo educacional. Ao analisar as ideias de Adorno e Arendt, buscamos discutir a viabilidade de uma educação verdadeiramente emancipatória, que seja capaz de formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para resistir às estruturas de dominação e transformar a sociedade. O objetivo final é contribuir para o debate sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e democrática, destacando a importância de uma educação que não apenas informe, mas também promova a reflexão crítica, a resistência ao *status quo* e a transformação social.

1 RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

O texto *Dialética do Esclarecimento* (1947) examina criticamente o desenvolvimento do pensamento racional e científico desde a época de Francis Bacon. Este é apontado como um dos pioneiros da filosofia experimental. Os autores, Adorno e Horkheimer, exploram como o esclarecimento, originalmente destinado a libertar os homens do medo e capacitá-los como senhores de seu destino, transformou-se em um processo que, paradoxalmente, resultou em novas formas de dominação e alienação. Como eles afirmam, "Em linhas gerais, o primeiro estudo pode ser reduzido em sua parte crítica a duas teses: o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia" (1947, p. 4).

A princípio, o esclarecimento é visto como um movimento para libertar os homens dos mitos e substituir o não-científico pelo científico. Bacon criticava os tradicionalistas por sua credulidade e falta de investigação pessoal, acreditando que o verdadeiro poder humano reside no conhecimento. Ele viu a superioridade do homem evidenciada através de inovações como a imprensa, o canhão e a bússola – alterando esferas da ciência, da guerra e do comércio. Para

Bacon, “o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (1947, p. 5)

No entanto, Adorno e Horkheimer argumentam que, apesar das suas contribuições para a ciência, Bacon e seus seguidores mantiveram uma perspectiva do conhecimento de que a natureza deveria estar sujeita à compreensão humana. O saber, assim, se torna um instrumento de poder, utilizado tanto pelos reis quanto pelos comerciantes, e a técnica se torna um meio de exploração. "O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder" (1947, p. 18).

Os avanços do esclarecimento levaram à substituição de conceitos filosóficos tradicionais por regras e regulamentos. As antigas categorias filosóficas tornaram-se obsoletas à medida que a ciência moderna avançava, e a natureza passou a ser vista como algo a ser controlado e manipulado. Nesse processo, a essência das coisas é reduzida a um valor funcional, e a propriedade da natureza passa a ser uma forma de autodeterminação do sujeito.

O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência. Só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir os mitos (1947, p. 5).

Os autores destacam que o esclarecimento é inerentemente totalitário, pois rejeita tudo o que não pode ser calculado ou utilizado. A mitologia é definida como religião, e a natureza é desqualificada para se tornar um objeto de exploração. A ciência funcional, ao eliminar distinções qualitativas, transforma tudo em matéria una e manipulável, reduzindo a multiplicidade da experiência a um conjunto de objetos sem sentido.

Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a afastar-se do mito, voltando a cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação. (1947, p. 18)

Os avanços técnicos e a divisão do trabalho, ao facilitar a existência, perpetuam a dominação e a regressão antropológica. A civilização impõe a repressão dos instintos e a atrofia da fantasia, empobrecendo a experiência humana. A regressão enfrentada pela maioria é a sua incapacidade de viver no presente – em vez disso, são coagidos à uniformidade através de

deveres sociais. A industrialização transforma o fado antigo² numa tentativa de escapar a ele, mantendo os trabalhadores isolados na coletividade e sujeitos às condições concretas de trabalho que reforçam a sua impotência.

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo (1947, p. 16).

O texto apresenta uma crítica à dominação e à racionalidade instrumental, mostrando como a razão, inicialmente um meio de emancipação, se tornou um instrumento de dominação e alienação na sociedade contemporânea. O pensamento, que deveria questionar e refletir, acaba se reificando em leis e organizações, limitando a dominação e suavizando a injustiça econômica. No entanto, essa racionalidade tem uma face crítica, pois, ao tornar-se universalmente acessível, ela revela a própria dominação de que se originou.

A transição da mitologia para a ciência resultou na perda da reflexão crítica, com a maquinaria mutilando os homens. Contudo, essa razão alienada pode apontar para uma sociedade que reconcilia o pensamento solidificado com o ser vivo libertado. A dominação capitalista é mantida, não pela necessidade objetiva, mas pela decisão consciente dos dirigentes, que reivindicam a dominação como engenharia histórica ou maquinaria do passado. O processo é aceito como inevitável pelos dominados, enquanto eles são mantidos como uma guarda suplementar do sistema.

Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, também sua relação com a verdade. O esclarecimento sela seu destino quando não reflete sobre esse elemento regressivo que ele próprio possui. (1947, p. 13)

A irracionalidade dessa situação é evidente na crescente miséria frente à capacidade de eliminar a necessidade. A razão da sociedade racional se torna obsoleta, com a liberdade dos empresários revelando-se compulsiva. A dominação é mantida através do esclarecimento, que demonstra a verdade da soberania ao contradizer a superstição. O pensamento, ao refletir sobre si mesmo, revela-se como natureza alienada³.

² Referência a uma visão tradicional da vida, em que o destino das pessoas estava marcado por uma série de condições externas imutáveis, como crenças religiosas ou fatalismos culturais.

³ No contexto desse texto, a ideia de "natureza alienada" trata-se de um processo em que o pensamento e a razão, que deveriam ser instrumentos de emancipação e esclarecimento, acabam sendo usados para perpetuar a dominação e a exploração. O termo "alienada" aqui indica um afastamento da essência genuína do ser humano, que deveria buscar a liberdade e a realização plena. Ao invés disso, o pensamento, ao refletir sobre si mesmo,

O espírito, ao tentar dominar a natureza, acaba se submetendo a ela. Mas, ao admitir essa submissão, ele perde sua pretensão de ser superior, o que poderia aliviar a sensação de necessidade, uma condição que o socialismo acabou tratando como algo permanente⁴. O progresso do mundo trouxe a esperança de reformar e suavizar o poder. O trabalho transformador depende da incerteza teórica, que se opõe à adaptação e à construção de meios de esclarecimento. A sociedade, ao deixar o pensamento se enrijecer, se ofusca e se adapta de forma destrutiva. O esclarecimento só se reencontrará ao superar o falso absoluto da dominação. A utopia baconiana de dominar a natureza se realizou, revelando a essência da coação como dominação. A dissolução dessa dominação é a nova possibilidade, mas o esclarecimento, a serviço do presente, se torna mistificação das massas.

Uma análise crítica da racionalidade instrumental mostra a importância da educação como um meio de compreensão e superação das normas dominantes inseridas na sociedade. Adorno busca entender e superar as causas do fracasso do ideal progressista do Iluminismo, observando que a educação, quando orientada para a autêntica formação cultural, pode transformar a realidade objetiva. Enfatiza a necessidade urgente de evitar a repetição de atrocidades como as que ocorreram em Auschwitz e defende uma educação que promova a compreensão crítica e a resistência ao *status quo*.

1.1 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO

No livro *Educação e Emancipação* (1995), Adorno observa no horizonte da educação ou da autêntica formação cultural, a transformação da realidade objetiva, considerando que tal realidade é constituída por meio de um processo dialético que engendra nos homens a irracionalidade, o conformismo e a semiformação. Preocupado com a repetição ou com o esquecimento da barbárie que aconteceu em Auschwitz, o filósofo chama a atenção à

mostra como ele está desconectado dessas metas, servindo aos interesses de uma sociedade que se baseia na exploração e na manutenção das desigualdades.

Esse pensamento alienado reflete uma contradição: embora o esclarecimento (razão) devesse libertar as pessoas da superstição e das formas irracionais de dominação, ele se torna um meio de justificar a dominação capitalista e a "compulsiva" liberdade dos empresários. Ou seja, a liberdade prometida pelo capitalismo é uma falsa liberdade, porque resulta na compulsão e na manutenção de um sistema que perpetua a miséria, apesar da capacidade tecnológica de eliminá-la.

⁴ O socialismo, ao invés de promover uma libertação completa das condições de opressão e necessidade, acabou solidificando a ideia de que essas condições são permanentes. Em outras palavras, o socialismo, que nasceu como uma proposta de superação das necessidades materiais e das desigualdades sociais, pode ter contribuído para manter essas necessidades como algo inevitável, ao institucionalizar a dominação de novas formas, sem conseguir eliminar completamente as estruturas opressivas da sociedade.

necessidade e urgência de se investir esforços a fim de se evitar uma nova monstruosidade de tamanha proporção.

Essa abordagem é uma base contra o retorno de uma política totalitária devido à sua defesa explícita da educação crítica e da resistência ao *status quo*. Adorno argumenta que a educação deve ser um instrumento de conscientização política e social, capacitando os indivíduos a recuperar seu potencial reflexivo e crítico. Ele destaca a importância de resistir aos mecanismos totalizadores do capitalismo tardio, que subjugam todas as esferas da vida social e subjetiva ao capital.

Adorno vê necessário o condicionamento do papel da educação, restabelecendo quais devem ser seus meios e fins perante uma sociedade cada vez mais inebriada pela técnica e culturalmente massificada. A conscientização política e social pode ser um recurso contra a semiformação, e junto a isso o autor também sugere que o processo educativo resgate no indivíduo seu potencial reflexivo e crítico, que o leve deste modo a viver as experiências da vida fora da totalizante cultura massificada que o capitalismo tardio criou em todo seu entorno (1995, p. 25).

Conforme Olga N. Cortés (2018, p.158), a habitual interpretação que se faz em favor da sua descrença e pessimismo em relação ao poder emancipatório da razão, deve-se principalmente ao caráter cada vez mais técnico que ela incorporou na pós modernidade, privilegiando seu uso instrumental e formal, e em detrimento de uma racionalidade mais crítica, imaginativa e criativa, capaz de experimentar o que não é determinado socialmente.

Desprovidos da experiência genuína, e inconscientes desta sua condição, as sociedades massificadas passaram a dar à mercadoria e ao objetivamente efetivado um atributo "fetichizado", como se elas fossem as propriedades que proporcionam a formação subjetiva de sujeitos singulares e sociais, ou seja, uma categoria imutável de uma condição determinada.

Dessa forma, Adorno vê então, uma perda da criticidade e da autorreflexão na formação dos indivíduos, pois assim, a razão instrumental desenvolve nos homens um espírito coisificado, tornando-os incapazes de reconhecer o materialmente construído "nas" e "pelas" sociedades industriais, como a condição objetivada que limita suas próprias vidas. Tal incapacidade é o fator fundamental que produz e reproduz a própria realidade subjetiva e social dos indivíduos. Qualquer ideologia divergente da sociedade industrial estaria impossibilitada de emergir, pois a sociedade por ela mesma já se tornou uma ideologia, os sujeitos estão dentro

de uma “caixa” onde qualquer transformação do *status quo* está subsumida ao determinado pelo objetivamente dado da indústria cultural. Para Adorno, a educação contemporânea, assim como tudo no capitalismo tardio, é mera mercadoria, é produto de uma condição, e que assim foi materializada pelos próprios homens.

Esse é um processo de reificação da formação ou educação cultural que leva Adorno a supor que a educação (na forma acima descrita), é ela mesma a condição da barbárie, pois como outras esferas da vida humana, ela também é afetada pelo processo da indústria cultural que tudo "coisifica", tornando deste modo a formação cultural em "semicultura" ou "semiformação". É então no contexto da semiformação que a barbárie surge, e Adorno, no diálogo *A educação contra a barbárie* (1995, p. 138 - 153) empreende como principal missão da educação “desbarbarizar” as pessoas por meio da mudança das condições sociais em que ela se dá, e não no sentido de “eliminar as afeições fortes” que há nos humanos, mas ao menos despertar neles aversão ou vergonha por seus atos bárbaros de desnecessária violência física (1995, p.158-166). Porém, aqui se encontra um grande impasse, pois, assim como Leo Maar afirma, a educação parece ser impotente para transformar a situação vigente que ela mesma produziu (1995, p.12). Ora, é preciso então ser consciente dos limites da educação e quais seus caminhos para o esclarecimento e a emancipação.

Para bem entender esse viés adorniano da educação enquanto emancipadora é essencial remeter-se também ao diálogo *Educação – para quê* (1995, p. 154 - 167), nele consta que, se realmente as democracias querem se fazer valer enquanto tais, a educação deverá ser crucialmente para a resistência, e esta é a ideia fundamental que o filósofo defende, invertendo o polo da simples adaptação para a resistência à “realidade” construída. Não que a educação não tenha o importante papel de adaptar as pessoas para a vida, pois seria impossível falar de educar sem praticar adaptações no sujeito em relação ao mundo em que vive, porém, este não deve ser o foco maior.

[...] gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua idéia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (1995, p. 141 - 142)

A faculdade humana do pensar, de ser “consciente” em relação à realidade materialista, é para o autor forma de promover a autonomia e o esclarecimento emancipador na

contemporaneidade. A genuína capacidade de fazer experiências intelectuais, e experimentar o mundo fora dos padrões da cultura massificada é possibilitada pela educação crítica. A autorreflexão individual, aliada à reabilitação da experiência, são caminhos para a transformação social ofuscada pela indústria cultural. E é nesse sentido que a educação, para Adorno, deve necessariamente ser política, e conseqüentemente caminho para a resistência. Resistência aos mecanismos e ao *status quo* totalizador do capitalismo tardio, que subsume todas as esferas da vida social e subjetiva ao capital.

Por fim, analisando a educação adorniana nota-se que há um entrelaçamento necessário entre educação política e reabilitação da capacidade de fazer experiências e de pensar (autorreflexão). Assim, são três elementos diretamente relacionados, em que os dois últimos levam quase que inevitavelmente ao primeiro. Para ele, a educação deve ser consciente da sua tarefa dialética, ou seja, reconhecer que ela mesma é produto de uma realidade que a molda conforme indivíduos de uma dada sociedade, mas ao mesmo tempo ela pode transformar esta realidade pela conscientização, e é aqui que se encontra a sua função de resistir.

Além disso, Adorno enfatiza a necessidade de reabilitar a capacidade de fazer experiências e pensar de forma independente, promovendo a autorreflexão individual e a transformação social. Ele objetiva por uma educação que vá além da simples adaptação à "realidade" construída e que busque a resistência ativa contra essa realidade, fomentando uma consciência crítica e autônoma.

Assim, ao defender uma educação política e crítica que busca a emancipação dos indivíduos, opõe-se aos princípios totalitários de controle ideológico e repressão do pensamento livre. Em vez disso, promove a ideia de uma educação que capacita os indivíduos a questionar e desafiar as estruturas de poder dominantes, contribuindo para uma sociedade mais democrática e plural.

2 EDUCAÇÃO NÃO POLÍTICA

A Crise na Educação é um ensaio da filósofa Hannah Arendt, incluído em sua obra *Entre o Passado e o Futuro* (1972). Arendt, conhecida por seu trabalho sobre totalitarismo, autoridade e modernidade, explora neste texto as profundas implicações da crise educacional contemporânea. Ela argumenta que a educação é um elo vital entre o passado e o futuro, e que sua crise reflete as tensões e desafios enfrentados pela sociedade moderna. “ A educação é assim o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade

por ele e, mais ainda, para o salvar da ruína que seria inevitável sem a renovação, sem a chegada dos novos e dos jovens” (1972, p. 18).

Para entender a crise educacional, é essencial considerar a visão da educação como um fenômeno essencialmente não político. Arendt argumenta que a educação deve ser separada da esfera política para garantir que ela cumpra seu papel fundamental: introduzir as crianças ao mundo, preparando-as para o futuro enquanto preserva o legado do passado. Segundo Arendt, a politização da educação distorce suas funções essenciais e prejudica o desenvolvimento das crianças.

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade, política. Como não se pode educar adultos a palavra "educação" soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real e a coerção sem o uso da força (1972, p. 3).

Arendt afirma que a educação deve focar na transmissão de conhecimento e cultura, permitindo que as novas gerações entendam e participem do mundo de forma crítica e informada. Quando a educação é politizada, ela se torna um instrumento para promover ideologias específicas, em vez de um meio para desenvolver o pensamento crítico e a compreensão do mundo. Isso pode resultar na formação de indivíduos mais suscetíveis à manipulação e menos capazes de pensar de forma independente.

Dentro dessa perspectiva, a crise na educação contemporânea pode ser explicada por três ideias-base que, embora familiares, possuem implicações profundas e, por vezes, devastadoras (1972, p. 6). A primeira ideia é a de que existe um mundo da criança e uma sociedade formada por elas, onde são vistas como seres autônomos, devendo governar-se a si mesmas. O papel dos adultos, portanto, é reduzido ao de meros espectadores, limitando sua interação com as crianças. Essa concepção resulta em uma quebra das relações genuínas entre gerações, pois elimina a dinâmica natural de troca entre a autoridade experiente dos adultos e a curiosidade dos jovens.

Nessa lógica, o grupo de crianças assume a autoridade para determinar as regras e decidir o que cada membro deve ou não fazer, o que paradoxalmente as sujeita a uma tirania coletiva mais rígida do que a de um único adulto severo. A criança, enquanto indivíduo, encontra-se impotente diante da pressão do grupo, pertencendo a uma minoria sem voz frente à maioria absoluta. Emancipada da autoridade dos adultos, ela acaba subordinada à tirania da maioria, sendo privada de autonomia real e capacidade de iniciativa. Arendt aponta que essa

dinâmica prejudica o desenvolvimento da criança, negando-lhe a oportunidade de se beneficiar da experiência dos adultos e de construir uma relação significativa com o mundo.

A segunda ideia-base está relacionada ao ensino. Influenciada pela psicologia moderna e pelo pragmatismo, a pedagogia passou a ser concebida como uma ciência do ensino em geral, desconectada da matéria a ensinar. A psicologia moderna, com seu foco no desenvolvimento cognitivo e na adaptação ao ambiente, exerceu uma forte influência sobre a educação, introduzindo conceitos como aprendizagem baseada na experiência, estímulo e resposta, e a centralidade do aluno no processo educativo. Esses princípios enfatizaram métodos práticos e experimentais, relegando o estudo teórico e disciplinar a um papel secundário.

Como consequência, o professor passou a ser visto como alguém capaz de ensinar qualquer coisa, desde que treinado nas metodologias certas, recebendo uma formação voltada para o ensino em si, e não para o domínio de uma disciplina específica. Isso resultou em uma negligência na formação dos professores em suas próprias áreas de conhecimento, especialmente nas escolas secundárias. Muitas vezes, professores sabem pouco mais do que seus alunos, o que mina a legitimidade de sua autoridade no processo educativo.

Além disso, a pedagogia moderna, ao aplicar uma teoria de aprendizagem pragmática, prioriza o "aprender fazendo" em detrimento do "aprender pelo estudo teórico". Isso acaba por transformar as instituições de ensino em centros de treinamento profissional, orientados para habilidades práticas, mas incapazes de fornecer os conhecimentos aprofundados e estruturados exigidos por um programa de estudos acadêmico normal. Essa abordagem, embora tenha como objetivo tornar a educação mais acessível e aplicável, compromete a transmissão do legado cultural e intelectual que deveria ser uma de suas funções primordiais (1972, p. 6-7).

A terceira ideia-base é a crença de que se pode saber e compreender apenas aquilo que se faz por si próprio. Aplicada à educação, essa ideia substitui o aprender pelo fazer e o trabalho pelo jogo. Considera-se o jogo como a atividade mais viva e apropriada para a criança. A criança deve aprender falando, ou seja, fazendo, em vez de estudar gramática e sintaxe. Esse método procura deliberadamente manter a criança em um nível infantil, suprimindo o trabalho em favor da autonomia do mundo da infância (1972, p. 6-7). "Parece óbvio que a educação moderna, na medida em que procura estabelecer um mundo de crianças, destrói as condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento vitais" (1972, p. 11).

Ao aplicar a fórmula pragmática à educação, a infância é tratada como um absoluto, excluindo a criança do mundo dos adultos e quebrando as relações naturais entre crianças e adultos. Isso vai contra o fato de a infância ser uma fase transitória, uma preparação para a idade adulta. Na América, a crise atual resulta do reconhecimento do caráter destrutivo desses três pressupostos e do esforço desesperado para reformar o sistema de educação. Esse esforço de reforma busca restaurar a autoridade no ensino, valorizar o trabalho sério em vez do jogo nas aulas, e enfatizar os conhecimentos prescritos pelo currículo (1972, p. 6-7). Há discussões sobre a reformulação do currículo de formação de professores para que eles realmente aprendam algo antes de serem colocados junto às crianças.

Não se justifica equacionar as reformas propostas, ainda em discussão, que interessa apenas à América. Entretanto, duas questões importantes emergem: quais aspectos do mundo atual e sua crise se refletem na crise da educação e, em segundo lugar, o que podemos aprender sobre a essência da educação (1972, p. 12). A educação, enquanto obrigação que a existência de crianças coloca a todas as sociedades humanas, exige reflexão sobre o papel que desempenha em todas as civilizações.

Começemos com a segunda questão: qual é o papel fundamental da educação e como as sociedades devem responder à presença de crianças em seu meio. A crise na educação revela graves problemas, reflexo da instabilidade da sociedade moderna. A educação é vital, pois introduz novos seres humanos ao mundo e auxilia no seu desenvolvimento. As crianças precisam de proteção e um ambiente seguro para crescer, como o seio da família, que oferece segurança contra os perigos do mundo público. No entanto, a tentativa da educação moderna de criar um mundo próprio para as crianças acaba por expô-las prematuramente à luz pública, prejudicando seu desenvolvimento.

No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. Aqui, o comparecimento não é exigido pela família, e sim pelo Estado, isto é, o mundo público, e assim, em relação à criança, a escola representa em certo sentido o mundo, embora não seja ainda o mundo de fato (1972, p. 12).

A educação deve equilibrar a responsabilidade pelo crescimento da criança e a continuidade do mundo. As escolas representam uma ponte entre a vida privada e o mundo público, sendo responsáveis por introduzir as crianças ao mundo gradualmente. A autoridade do educador, derivada de sua responsabilidade pelo mundo, é crucial nesse processo. Contudo, a perda de autoridade e a indiferença moderna têm prejudicado essa função, com os adultos muitas vezes recusando-se a assumir a responsabilidade pelo mundo em que colocam suas

crianças. A educação deve ser conservadora no sentido de proteger a criança contra o mundo e vice-versa. É necessário preservar o novo que cada geração traz, sem tentar controlá-lo excessivamente. A educação deve, portanto, ser um espaço seguro para o crescimento da criança, preparando-a para um mundo em constante mudança, garantindo assim a continuidade e renovação da sociedade.

2.1 PREPARAÇÃO PARA O MUNDO PÚBLICO

A educação moderna enfrenta uma dificuldade fundamental: manter um mínimo de conservação e respeito pela tradição, elementos essenciais para que a educação seja possível. Essa tarefa se complica em um contexto marcado por uma crise de autoridade e de tradição. Esta crise reflete-se na nossa atitude em relação ao passado, que se tornou problemática para os educadores que precisam mediar entre o antigo e o novo. Historicamente, na civilização romano-cristã, a educação sempre foi sustentada por uma reverência ao passado, que era uma parte essencial do pensamento romano e continuou sob o cristianismo (1972, p. 12) . Este respeito pelo passado facilitava a tarefa dos educadores, que não precisavam refletir profundamente sobre sua função, pois esta estava em acordo com as convicções éticas e morais da sociedade. No mundo moderno, a situação é drasticamente diferente. O respeito pelo passado e a autoridade associada não são mais garantidos. Em vez de educar para dignificar os antepassados, a educação hoje deve lidar com um ambiente onde a autoridade do passado não tem mais a mesma validade.

A escola moderna tem a função de ensinar o que o mundo é, e não apenas de iniciar os jovens na arte de viver. Este ensino implica uma orientação inevitável para o passado, pois o mundo é sempre mais velho que nós. É necessário, portanto, um equilíbrio entre educação e ensino. Além disso, a linha entre crianças e adultos deve ser respeitada sem isolar as crianças do mundo dos adultos. A educação deve ter um término previsível, geralmente associado à conclusão de um grau superior. A educação é vital para a renovação constante do mundo (1972, p. 14-15)

Decidir educar é decidir se amamos o mundo o suficiente para assumir a responsabilidade de preservá-lo e renová-lo para as novas gerações. Além disso, é decidir se amamos nossas crianças o suficiente para prepará-las para criar algo novo e inesperado. Em suma, a educação moderna deve enfrentar a crise de autoridade e tradição, encontrar um equilíbrio entre ensino e preparação para a vida, e permanecer fiel ao seu propósito essencial de introduzir as crianças ao mundo. Ao fazer isso, podemos assegurar que a educação

continuará a desempenhar seu papel crucial na preservação e renovação da sociedade, preparando as futuras gerações para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, sem politizar ou distorcer sua função primordial (1972, p. 16-17).

Dentro do contexto da teoria de Hannah Arendt, a emancipação pode ser entendida de várias maneiras, refletindo sua preocupação com a relação entre o indivíduo, a sociedade e o mundo público. Arendt vê a emancipação sob diferentes aspectos, mas principalmente ela a relaciona com a libertação de restrições que limitam a capacidade das pessoas de agir de forma independente e de participar plenamente na esfera pública (1972, p. 9)

2.2 AUTORIDADE E TRADIÇÃO

Arendt acredita que a educação moderna, ao tentar criar um "mundo próprio das crianças", acaba destruindo as condições necessárias para seu desenvolvimento e crescimento. Para ela, a verdadeira emancipação não consiste em isolar as crianças em um mundo separado, mas em prepará-las para entrar no mundo dos adultos, onde podem atuar como cidadãos livres e responsáveis. Isso envolve transmitir conhecimentos e valores que permitem às crianças compreender e participar do mundo público (1972, p. 9-10).

No campo político, Arendt vê a emancipação como a capacidade dos indivíduos de agir e pensar livremente, sem a imposição de uma autoridade tirânica. Para ela, a política é a arena onde as pessoas já educadas exercem sua liberdade e deliberam sobre questões comuns. Nesse sentido, a emancipação política implica a capacidade de participação ativa e igualitária na vida pública, sem ser submetido à coerção ou tutela (1972, p.10).

Arendt também aborda a emancipação no contexto da sociedade moderna, que ela descreve como marcada por uma mudança significativa na maneira como a vida privada e pública são entendidas. Na modernidade, a vida, tanto dos indivíduos quanto das famílias, é vista como o maior dos bens, e as atividades relacionadas à preservação e enriquecimento da vida foram emancipadas do segredo da intimidade e expostas à luz do mundo público.

O motivo desse estranho estado de coisas nada tem a ver, diretamente, com a educação; deve antes ser procurado nos juízos e preconceitos acerca da natureza da vida privada e do mundo público [...] é esse o sentido real da emancipação dos trabalhadores e das mulheres, não como pessoas, sem dúvida, mas na medida em que preenchem uma função necessária no processo vital da sociedade (1972, p.11).

3.3 PONTOS DE CONFLITO: ADORNO E ARENDT SOBRE A EDUCAÇÃO

Arendt e Adorno, apesar de suas abordagens distintas sobre a educação, compartilham a valorização da reflexão crítica e da autonomia intelectual como componentes essenciais para a formação de indivíduos capazes de atuar de forma consciente e ativa na sociedade. No entanto, enquanto Arendt propõe uma educação não instrumentalizada, que preserva a liberdade e a pluralidade, Adorno vai além e critica o que vê como uma visão excessivamente limitada da educação, que não aborda de maneira adequada as estruturas de poder e as desigualdades sociais.

Arendt defende a ideia de uma educação que seja livre de pressões externas, especialmente políticas, e que permita a transmissão de conhecimento de forma imparcial e aberta. Em sua visão, a educação não deve ser utilizada como uma ferramenta para promover objetivos políticos ou ideológicos específicos. Ela acredita que, ao preservar essa "neutralidade", a educação se torna um meio para a formação de cidadãos que possam se engajar de forma autônoma na vida pública, desenvolvendo um julgamento crítico sobre o mundo sem serem condicionados por interesses particulares. Para Arendt, esse espaço de imparcialidade é essencial para a preservação da liberdade e da pluralidade, fundamentais para uma sociedade democrática. A educação, em sua perspectiva, deve ser um processo que fomente o pensamento independente e a capacidade de avaliação crítica, preparando os indivíduos para a participação plena na vida pública e no debate coletivo.

No entanto, Adorno vê essa ênfase na imparcialidade como insuficiente. Para ele, a educação não deve ser apenas um processo de transmissão de conhecimentos técnicos ou de princípios éticos neutros. Ele argumenta que a educação deve ser uma ferramenta de emancipação, indo além da simples formação de cidadãos informados. Adorno critica a visão de Arendt por não abordar de forma suficientemente profunda as desigualdades estruturais presentes nas sociedades modernas. Ele sustenta que, para ser verdadeiramente emancipadora, a educação precisa incutir uma sensibilidade crítica que permita aos indivíduos questionar não só as normas culturais e políticas, mas também as próprias estruturas sociais e econômicas que sustentam as injustiças sociais. Para Adorno, a reflexão crítica deve ser voltada para a análise das condições sociais e históricas que moldam a vida das pessoas, pois só assim é possível transformar as injustiças estruturais que ainda prevalecem nas sociedades contemporâneas.

Em sua visão, a educação crítica tem um papel central na desconstrução das desigualdades sociais e na promoção da justiça. Para ele, a verdadeira autonomia intelectual não se limita a formar cidadãos capazes de julgar imparcialmente, mas envolve o

desenvolvimento da capacidade de questionar as estruturas de poder e resistir à perpetuação das desigualdades. Adorno acredita que a educação deve ser uma força transformadora que desperte nos indivíduos a consciência das realidades sociais e os impulse a agir de maneira crítica e política.

Assim, enquanto Arendt e Adorno concordam sobre a importância da reflexão crítica, eles divergem no papel que a educação deve desempenhar na sociedade. Arendt vê a educação como um espaço de liberdade e pluralidade, onde os indivíduos são formados para atuar de forma autônoma dentro de um contexto democrático. Por outro lado, Adorno vê a educação como uma ferramenta de transformação social, que deve incutir nos indivíduos a capacidade de questionar e transformar as desigualdades sociais e políticas. A crítica de Adorno à visão de Arendt está justamente na ideia de que a educação deve ir além de uma simples formação cívica imparcial e ser também um instrumento de resistência e mudança social, refletindo de maneira mais profunda as questões históricas e estruturais que definem as sociedades contemporâneas.

3.4 EDUCAÇÃO POLÍTICA VERSUS IDEOLOGIA

A relação entre ideologia e política tornou-se um ponto de reflexão crucial no processo de leitura dos textos de Theodor Adorno e Hannah Arendt, principalmente ao considerar como suas abordagens sobre a educação se conectam com as dinâmicas de poder e dominação presentes nas sociedades contemporâneas. Nos escritos desses filósofos, a educação surge como um campo fundamental para a formação de cidadãos críticos e autônomos, mas, ao mesmo tempo, como um espaço potencialmente vulnerável à manipulação ideológica. Essa discussão é ampliada no artigo de Silva (2002), que investiga como a ideologia pode ser utilizada para legitimar as relações de poder e manter as estruturas de dominação, refletindo diretamente sobre a importância de distinguir educação política de educação ideológica. Em ambos os casos, a educação é vista não apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas também como um processo que pode contribuir para a transformação social ou, ao contrário, reforçar o *status quo*, dependendo de como lida com as influências ideológicas e políticas. Assim, compreender a intersecção entre educação, ideologia e política é essencial para avaliar como a educação pode ser um agente de mudança social, em vez de apenas perpetuar as desigualdades e os sistemas de poder existentes.

A política, como destaca Silva (2002), é composta por práticas, processos e instituições voltadas à organização do poder e à mediação de conflitos. No entanto, sua relação com a

ideologia é complexa, pois a política frequentemente utiliza sistemas ideológicos para justificar suas práticas e moldar comportamentos sociais. A ideologia, segundo Thompson (1995, apud Silva, 2002), atua como um conjunto de formas simbólicas que reforçam ou contestam estruturas de poder, legitimando-as ou desafiando-as. Essa interação é particularmente evidente em contextos de vulnerabilidade, onde a ideologia pode operar como uma ferramenta de controle social. Conforme Silva observa, “a análise da ideologia está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado no mundo social, servindo para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder” (2002, p. 116).

Nesse sentido, é imprescindível refletir sobre como a educação política pode evitar essas armadilhas ideológicas. Blume (2016) argumenta que a educação política, em sua essência, não se limita a transmitir um conjunto fixo de ideias, mas visa desenvolver habilidades analíticas e críticas nos indivíduos. Essa abordagem capacita as pessoas a compreenderem e avaliarem, de forma reflexiva, as dinâmicas sociais e políticas, fornecendo ferramentas para que elas formem suas próprias opiniões. O site *Politize!* reforça essa ideia, destacando que a educação política deve promover a diversidade de perspectivas e o entendimento crítico dos processos democráticos, além de capacitar os cidadãos para participarem ativamente da vida pública.

A diferença entre educação política e ideologia é evidente quando analisamos os objetivos e os métodos de cada uma. Enquanto a ideologia frequentemente promove uma visão unificada e dogmática do mundo, reforçando relações de dominação, a educação política tem como finalidade capacitar os indivíduos a questionarem essas estruturas. Segundo Silva (2002), a ideologia não é necessariamente falsa, mas sua função é muitas vezes “mobilizar formas simbólicas para reforçar estruturas de dominação” (p. 117). A educação política, ao contrário, busca desmascarar essas formas simbólicas, incentivando a análise crítica, o uso de evidências empíricas e o entendimento das condições históricas que moldam os desafios contemporâneos (Blume, 2016).

Um exemplo emblemático de como a ideologia pode ser instrumentalizada está na obra de Oliveira Vianna, analisada por Silva (2002). Vianna defendia um modelo de Estado autoritário baseado no corporativismo e no tecnocratismo, argumentando que a democracia liberal era impraticável no Brasil devido à ausência de um “forte sentimento coletivo” entre a população. Para ele, a centralização do poder no Estado era a única forma viável de organizar a sociedade brasileira. Essa perspectiva ilustra como a ideologia pode justificar práticas políticas que excluem a participação popular e consolidam estruturas opressivas. No entanto,

Silva (2002) destaca que é precisamente o estudo crítico dessas ideologias que permite questionar sua legitimidade e abrir espaço para alternativas emancipadoras, como a educação política.

O papel da educação política é especialmente relevante em contextos de vulnerabilidade, como o ambiente prisional. Em tais espaços, a ideologia religiosa, por exemplo, muitas vezes oferece um sentido aparente de emancipação, mas, na realidade, reforça estruturas de dependência e controle. A educação política, por sua vez, pode proporcionar ferramentas para que os indivíduos questionem essas narrativas e construam novas formas de compreender e agir no mundo. Como observa o site *Politize!*, uma educação política inclusiva deve alcançar diferentes segmentos da população, promovendo o diálogo aberto e o respeito à diversidade de opiniões, elementos essenciais para o fortalecimento da democracia.

Além disso, a educação política tem um papel crucial no combate à desinformação e à manipulação, capacitando os cidadãos a discernirem entre informações confiáveis e propagandas enganosas. Conforme Blume (2016), ela deve oferecer um repertório que permita ao cidadão compreender as nuances dos debates políticos e participar ativamente da vida pública. Essa abordagem contrasta com as práticas ideológicas, que tendem a impor crenças sem promover uma reflexão crítica. Ao priorizar o pensamento autônomo, a educação política não apenas fortalece a democracia, mas também desafia as formas simbólicas que naturalizam relações de poder, como observado por Silva (2002).

Por fim, a distinção entre educação política e ideologia revela-se essencial para a construção de uma sociedade mais justa e pluralista. Enquanto a ideologia frequentemente limita a autonomia dos indivíduos, a educação política emerge como um instrumento de emancipação, promovendo a análise crítica, o entendimento dos processos democráticos e a valorização da diversidade. Conforme Silva (2002), compreender as relações entre política, ideologia e educação é indispensável para desmascarar narrativas opressivas e construir alternativas concretas de transformação social. Em um momento histórico em que a manipulação ideológica e a polarização política ameaçam os valores democráticos, a educação política torna-se uma ferramenta indispensável para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

3.5 EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL NA PRÁTICA EDUCACIONAL

Questões cotidianas como bullying, racismo e a diversidade de formas de aprender ganham profundidade quando analisadas pela ótica da educação política, como proposto por Adorno. Ao criticar a instrumentalização da educação e sua reprodução das estruturas de poder, Adorno revela como o sistema educacional pode tanto perpetuar desigualdades, quanto ser uma ferramenta de transformação social.

Uma educação crítica capacita os alunos a reconhecer e resistir às injustiças sociais. Esses fenômenos, que muitas vezes surgem em ações diárias, refletem e perpetuam estruturas de dominação e exclusão. Nesse contexto, a educação deve ir além da mera transmissão de técnicas e informações, promovendo uma consciência crítica que permita aos estudantes questionar e transformar práticas discriminatórias.

Adorno critica a padronização e conformidade das instituições educacionais, que frequentemente reforçam preconceitos como o racismo. Um exemplo disso, com base no jornal O GLOBO (2024)⁵, é o caso de João Pedro, um adolescente negro morto em uma operação policial no Rio de Janeiro, em 2020. Esse evento expôs a desigualdade racial e a violência que afeta desproporcionalmente jovens negros, revelando como essas injustiças são frequentemente normalizadas na sociedade. No contexto escolar, a padronização que ignora as diferenças culturais e sociais contribui para perpetuar exclusões, enquanto uma educação crítica desafia esses preconceitos.

Adorno contrasta sua visão crítica com a de Hannah Arendt, que defendia uma educação não política. Para Adorno, no entanto, a escola é um espaço onde as dinâmicas de poder e exclusão social estão presentes, como evidenciado no O GLOBO (2020)⁶ a morte de George Floyd, que gerou um movimento global contra o racismo. Ignorar as implicações políticas dessas dinâmicas perpetua as injustiças, e Adorno argumenta que a politização consciente da educação é fundamental para desenvolver uma postura crítica diante das desigualdades.

⁵ O GLOBO. Caso João Pedro: pais de adolescente morto em operação policial participam de protesto contra absolvição de policiais. O Globo, Rio de Janeiro, 11 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/11/caso-joao-pedro-pais-de-adolescente-morto-em-operacao-policial-participam-de-protesto-contr-absolvicao-de-policiais.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2024.

⁶ O GLOBO. George Floyd, cuja morte impulsionou movimento contra racismo e a violência policial, enterrado em Houston. O Globo, Mundo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/george-floyd-cuja-morte-impulsionou-movimento-contr-racismo-a-violencia-policial-enterrado-em-houston-24470328>. Acesso em: 24 set. 2024.

Adorno defende que, em uma educação verdadeiramente crítica, os estudantes são incentivados a questionar as estruturas de poder e injustiças que surgem no cotidiano escolar, como no caso da negligência diante do racismo.

Outro exemplo, segundo o G1 (2022)⁷, ocorreu em Arujá, São Paulo, quando um adolescente relatou ter sido espancado devido à homofobia após episódios de bullying na escola. O caso revelou a superficialidade com que as instituições tratam o preconceito, ignorando as preocupações da vítima e aplicando medidas paliativas, como a simples transferência dos agressores para outra turma. Essa postura reforça a manutenção das opressões ao invés de enfrentá-las adequadamente.

Por outro lado, há exemplos de como a educação pode ser usada para promover a conscientização e evitar agressões. De acordo com a CNN BRASIL (2023)⁸, um projeto em Suzano, São Paulo, idealizado pelo professor Tiago Brito, visa combater a intolerância e promover o respeito às diferenças. Brito afirmou que "é nosso dever conscientizar os alunos sobre o respeito ao próximo e às diferenças, criando um ambiente seguro e acolhedor para todos. Não podemos tolerar nenhum tipo de preconceito dentro da escola" (CNN BRASIL, 2023). Essa iniciativa politiza a educação ao tratar as causas estruturais que fomentam a intolerância, promovendo uma cultura de respeito e diálogo.

Os exemplos discutidos mostram que a educação é essencialmente política, como argumentado por Adorno. Mobilizações estudantis contra racismo, homofobia e exclusões revelam que a escola não é um espaço neutro, mas um local onde as lutas por justiça social podem e devem ocorrer.

Adorno sugere que a educação precisa ser crítica e emancipatória, capacitando os alunos a refletirem sobre as condições sociais e políticas que os cercam. Quando a educação falha em promover essa reflexão, corre o risco de perpetuar desigualdades e conformismo. Ao contrário,

⁷ G1. **Adolescente afirma ter sido espancado por homofobia após episódios de bullying em escola de Arujá.** G1, Mogi das Cruzes e Suzano, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2022/02/17/adolescente-afirma-ter-sido-espancado-por-homofobia-apos-episodios-de-bullying-em-escola-de-aruja.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2024.

⁸ CNN BRASIL. **É nosso dever conscientizar alunos contra LGBTfobia, diz idealizador de projeto.** CNN Brasil, São Paulo, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/e-nosso-dever-conscientizar-alunos-contr-lgbtobia-diz-idealizador-de-projeto>. Acesso em: 24 set. 2024.

uma educação voltada para o desenvolvimento do pensamento crítico pode preparar os jovens para resistir às injustiças sociais e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, cada protesto e mobilização escolar carrega um significado político que desafia as estruturas de poder. Compreendida em sua dimensão crítica, a educação pode ser uma ferramenta poderosa para a emancipação social e a construção de uma democracia mais inclusiva e efetiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisar as perspectivas de Theodor Adorno e Hannah Arendt sobre a educação, fica evidente que, apesar de ambos valorizarem a reflexão crítica e a autonomia intelectual, suas abordagens sobre o papel da educação nas estruturas sociais e políticas divergem substancialmente. Ambos reconhecem a educação como fundamental para o desenvolvimento do julgamento autônomo e a formação de cidadãos críticos, mas a ênfase de suas propostas revela diferenças significativas na maneira como lidam com as influências ideológicas e as necessidades políticas de suas respectivas épocas. No contexto contemporâneo, onde as desigualdades sociais e políticas continuam a ser um tema central, a análise das visões de Arendt e Adorno oferece importantes reflexões sobre como a educação pode ser não apenas um meio de reflexão crítica, mas também uma ferramenta de transformação social.

Hannah Arendt, em sua abordagem educacional, defende que a educação deve ser um espaço livre de doutrinação ideológica. Para ela, o objetivo principal da educação é formar cidadãos que possam pensar de forma independente e participar da vida pública de maneira autônoma. Arendt acredita que, em um ambiente educativo, a reflexão crítica deve ser promovida sem a imposição de uma agenda política ou ideológica. Em seu entendimento, a educação deve ser um espaço de liberdade, onde os indivíduos possam formar suas próprias opiniões, baseadas no diálogo aberto e na pluralidade de perspectivas. Isso implica que, para Arendt, a educação deve preservar a autonomia intelectual e a liberdade de julgamento, sem que haja influências externas que restrinjam o pensamento dos alunos. Essa perspectiva de Arendt destaca a necessidade de criar um ambiente educativo que favoreça a diversidade de ideias e a formação de um pensamento independente, essencial para a preservação da liberdade política e da democracia.

No entanto, a proposta de Arendt, embora valiosa em sua defesa da autonomia intelectual, pode ser vista como limitada em um contexto onde as desigualdades sociais e

políticas são cada vez mais evidentes. Em sua análise, Arendt não aborda de forma profunda as condições de opressão e desigualdade que muitas vezes moldam a realidade social dos indivíduos. Essa lacuna é preenchida pela perspectiva de Theodor Adorno, que, influenciado pela Escola de Frankfurt, propõe uma educação que vai além da simples formação de cidadãos críticos. Para Adorno, a educação não pode ser despolitizada ou descontextualizada, especialmente em um mundo onde as estruturas de poder e as desigualdades sociais são tão marcantes. Ele defende que a educação deve ser uma ferramenta de emancipação, capacitando os indivíduos não apenas a refletirem de forma crítica sobre a realidade, mas também a questionarem e a desafiar as estruturas de poder que sustentam a opressão e a injustiça.

Adorno argumenta que a educação deve ser um espaço para a reflexão profunda sobre as condições sociais, políticas e econômicas que geram desigualdade e opressão. Para ele, a educação não pode se limitar a um processo técnico ou neutro; ela deve ser engajada e comprometida com a transformação social. A reflexão crítica, em sua visão, deve ser acompanhada por um questionamento ativo das normas e valores sociais, políticos e culturais que sustentam as estruturas de dominação. Ele vê a educação como um processo que deve preparar os indivíduos para resistir ao conformismo e agir em prol de uma transformação social genuína. Esse enfoque de Adorno se conecta diretamente com a análise de Silva (2002), que ressalta o papel da ideologia em legitimar estruturas de poder. Silva sugere que a educação política deve ser engajada em questionar as formas simbólicas que reforçam a dominação, oferecendo alternativas para que os indivíduos não se contentem com o status quo, mas se empenhem ativamente na luta contra as injustiças estruturais.

Embora Arendt ofereça uma contribuição importante ao destacar a autonomia e o julgamento independente como valores fundamentais na educação, a abordagem de Adorno parece mais adequada ao contexto atual. Em uma sociedade onde as desigualdades sociais e políticas estão mais evidentes e a ideologia ainda desempenha um papel crucial na legitimação das estruturas de poder, a proposta de Adorno se torna mais urgente e necessária. A educação que ele propõe vai além de formar cidadãos críticos; ela busca formar indivíduos capazes de questionar as desigualdades sistêmicas que estruturam a sociedade. Em outras palavras, Adorno nos lembra que a reflexão crítica não pode ser dissociada de uma análise das condições de opressão e desigualdade que afetam as vidas dos indivíduos. A verdadeira autonomia intelectual, para Adorno, se dá quando o indivíduo não apenas reflete de forma independente, mas também age para mudar as condições sociais e políticas que oprimem.

Em seu pensamento, Adorno enfatiza que a educação deve ser uma ferramenta não apenas de reflexão, mas de ação. A educação crítica não se limita a questionar as normas estabelecidas, mas deve engajar os alunos em um processo ativo de resistência às estruturas opressivas. Isso implica que a educação deve preparar os indivíduos para uma participação política ativa, onde não só a compreensão das dinâmicas de poder é promovida, mas também a capacidade de agir para transformá-las. Adorno, portanto, oferece uma abordagem mais radical, ao reconhecer que o pensamento crítico, por si só, não é suficiente para gerar transformação social. É necessário que esse pensamento seja acompanhado de uma prática política que tenha como objetivo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, embora a proposta de Arendt seja valiosa ao valorizar a autonomia intelectual e a preservação da liberdade de julgamento, a educação que Adorno propõe vai além da formação de cidadãos informados. Ele defende que a educação deve capacitar os indivíduos a desafiar as estruturas de poder e a lutar por uma transformação real das condições sociais, econômicas e políticas. Em um contexto onde as desigualdades estruturais e a dominação ideológica ainda persistem, a educação deve ser vista como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A reflexão crítica deve estar intimamente ligada à ação, e a educação deve ser o espaço onde os indivíduos são capacitados a transformar as realidades injustas em que vivem.

Em síntese, a visão de Adorno se revela mais adequada para os tempos contemporâneos. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas, sua educação não apenas defende o pensamento crítico, mas também convoca os indivíduos à ação. A educação, sob a ótica de Adorno, não é um fim em si mesma, mas um meio de capacitar os cidadãos a transformar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades. Ao empoderar os indivíduos para agir em direção à mudança social, a educação se torna uma força transformadora e essencial para a construção de um futuro mais justo e democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1947). *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente).

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (A educação contra a barbárie, p. 138-153 / Educação – para quê, p. 154-167).

ARENDT, Hannah. *A crise na educação. Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 1 - 18.

Bacon, F. (1620). *Novum Organum*. Tradução de José G. P. de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

BLUME, Bruno André. Educação política: o que é e qual seu propósito. *Cidadania, Cultura e Sociedade*, [S.l.], 21 nov. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/educacao-politica-o-que-e-proposito/>. Acesso em: 04/07/2024.

CNN BRASIL. É nosso dever conscientizar alunos contra LGBTfobia, diz idealizador de projeto. *CNN Brasil*, São Paulo, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/e-nosso-dever-conscientizar-alunos-contralgbtfobia-diz-idealizador-de-projeto/>. Acesso em: 24 set. 2024.

CORTÉS, O. N. P. A atualidade da educação emancipadora na perspectiva adorniana. In: Ricardo Timm de Souza; Marcelo Leandro dos Santos; Pedro Savi Neto; Renata Guadagnin. (Org.). *Adorno e Freud: encontros contemporâneos*. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v. 1, p. 157-172.

G1. Adolescente afirma ter sido espancado por homofobia após episódios de bullying em escola de Arujá. *G1, Mogi das Cruzes e Suzano*, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2022/02/17/adolescente-afirma-ter-sido-espancado-por-homofobia-apos-episodios-de-bullying-em-escola-de-aruja.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2024.

O GLOBO. Caso João Pedro: pais de adolescente morto em operação policial participam de protesto contra absolvição de policiais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/11/caso-joao-pedro-pais-de-adolescente-morto-em-operacao-policial-participam-de-protesto-contrabsolvicao-de-policiais.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2024.

O GLOBO. George Floyd, cuja morte impulsionou movimento contra racismo e a violência policial, enterrado em Houston. *O Globo, Mundo*, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/george-floyd-cuja-morte-impulsionou-movimento-contraracismo-a-violencia-policial-enterrado-em-houston-24470328>. Acesso em: 24 set. 2024.

POLITIZE! Disponível em: . Acesso em: 22 out. 2024.

Silva, R. *Sociologia Política e Ideologia Autoritária*. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 2, p. 103-128, abr. 2002.